

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2024

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

7 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

1. Os problemas filosóficos, em princípio, não têm um carácter essencialmente empírico.

Selecione a opção que apresenta um problema que **não tem** um carácter essencialmente empírico.

- (A) Será que as mentiras que aumentam o bem-estar de todos os envolvidos são aprovadas socialmente?
- (B) Será que a legalização da morte medicamente assistida acabará por levar a um desinvestimento na saúde?
- (C) Será que as pessoas que têm crenças e práticas religiosas conseguem enfrentar os infortúnios com mais ânimo?
- (D) Será que as crenças acerca do futuro inferidas de observações passadas têm justificação racional?

* 2. Considere o argumento seguinte.

Camões foi poeta.

Logo, Camões escreveu *Os Lusíadas*.

Este argumento não é sólido, pois

- (A) nem todas as pessoas sabem que *Os Lusíadas* são um poema.
- (B) a conclusão não se segue da premissa.
- (C) Camões poderia não ter sido um poeta.
- (D) a premissa é, em geral, menos conhecida do que a conclusão.

* 3. A negação de «Todas as obras de arte são belas» é

- (A) «As obras de arte não são belas».
- (B) «Certas obras de arte são belas».
- (C) «Algumas obras de arte não são belas».
- (D) «Nenhuma obra de arte é bela».

4. Considere o argumento seguinte.

Uma sociedade é livre apenas se a investigação e o debate forem inteiramente livres. Ora, a liberdade de investigar e debater está em causa se certas teses forem consideradas inquestionáveis e, sobretudo, se a tentativa de as debater for objeto de alguma forma de repressão. Por isso, não aceitar quaisquer formas de repressão da investigação e do debate é uma obrigação de todos os cidadãos, independentemente das teses que defendem e que consideram ser verdadeiras, isto — *claro!* — pressupondo que todos desejam viver numa sociedade livre e que, nessa medida, todos devem preservar ou expandir o atual sistema de liberdades.

Selecione a opção que apresenta a conclusão do argumento anterior.

- (A) Não aceitar quaisquer formas de repressão da investigação e do debate é uma obrigação de todos os cidadãos, independentemente das teses que defendem e que consideram ser verdadeiras.
- (B) Uma sociedade – a nossa ou outra – é livre apenas se a investigação e o debate forem inteiramente livres.
- (C) A liberdade de investigar e debater está em causa se a tentativa de debater certas teses for objeto de alguma forma de repressão.
- (D) Todos os cidadãos desejam viver numa sociedade livre e, na medida em que todos desejam viver numa sociedade livre, todos devem preservar ou expandir o atual sistema de liberdades.

5. Considere o argumento seguinte.

É falso que Plutão seja um planeta ou uma estrela. Daí que Plutão não seja um planeta nem uma estrela.

De que modo poderia este argumento ser representado na linguagem da lógica proposicional?

- (A) $\neg(P \vee Q) \therefore \neg P \vee \neg Q$
- (B) $\neg P \vee \neg Q \therefore \neg P \wedge Q$
- (C) $\neg P \vee \neg Q \therefore \neg(P \vee Q)$
- (D) $\neg(P \vee Q) \therefore \neg P \wedge \neg Q$

6. Selecione a opção que apresenta um argumento inválido.

- (A) Não compete aos pais condicionar as características dos filhos nem aquilo que os filhos serão. Logo, não compete aos pais condicionar as características dos filhos nem aquilo que os filhos serão.
- (B) É falso que a seleção de embriões não sirva para evitar doenças genéticas ligadas ao sexo. Logo, a seleção de embriões serve para evitar doenças genéticas ligadas ao sexo.
- (C) Se os pais condicionarem as características dos filhos, atuarão como se fossem seus proprietários. Logo, se os pais não condicionarem as características dos filhos, não atuarão como se fossem seus proprietários.
- (D) Se mais doenças puderem ser evitadas, o bem-estar das pessoas aumentará. Se houver progresso médico, mais doenças poderão ser evitadas. Logo, se houver progresso médico, o bem-estar das pessoas aumentará.

7. Imagine que algumas pessoas, simplesmente porque são mulheres, têm grandes dificuldades em aceder a cargos e funções para os quais são competentes.

Um objetivista moral diria que tal prática é reprovável, porque

- (A) a discriminação das mulheres é errada.
- (B) contraria os nossos sentimentos pessoais.
- (C) a maioria dos membros da sociedade a reprova.
- (D) contraria os nossos padrões culturais.

* 8. Ao aplicar o método da dúvida, Descartes pretende

- (A) concluir que as ideias claras e distintas são infalíveis.
- (B) descobrir alguma crença que seja indubitável.
- (C) mostrar que não há realmente um génio maligno.
- (D) provar que existe um ser perfeito e não enganador.

9. Leia o texto seguinte.

Todos os acontecimentos parecem inteiramente soltos e separados. Um evento segue-se a outro, mas nunca nos é dado observar qualquer laço entre eles. Eles parecem *conjugados*, mas nunca *conectados*.

D. Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2002, p. 87.

No texto anterior, Hume parte de uma posição empirista para apoiar uma perspetiva sobre

- (A) a causalidade.
- (B) a indução.
- (C) as relações de ideias.
- (D) as perceções.

* 10. Qual das afirmações seguintes é defendida tanto por Descartes como por Hume?

- (A) A ideia de Deus é uma ideia inata.
- (B) Deus é necessário para haver conhecimento do mundo.
- (C) Há verdades que são conhecidas *a priori*.
- (D) Algumas ideias abstratas não têm origem em impressões.

- * 11. A imparcialidade é uma exigência do princípio da utilidade defendido por Mill.

Caracterize a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade.

Na sua resposta, comece por apresentar o princípio da utilidade.

- * 12. Kant defende que é possível fazermos o bem e, mesmo assim, as nossas ações não terem valor moral.

Concorda com a perspectiva de Kant acerca do valor moral das ações?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

- * 13. Rawls enfrenta o problema da justiça distributiva em *Uma Teoria da Justiça*. Um dos princípios de justiça propostos nesta obra é o princípio da diferença.

Descreva a distribuição que o princípio da diferença visa assegurar.

- * 14. Leia o texto seguinte.

Considere-se o caso famoso da marcha neonazi planeada para Skokie, Illinois, em 1978. Entre os habitantes de Skokie, um subúrbio de Chicago, havia um grande número de sobreviventes do Holocausto – era por isso que os neonazis queriam fazer a marcha ali. [...] Os críticos da marcha proposta [...] disseram que ela seria «ofensiva» para os sobreviventes; mas [penso que] era muito mais do que isso: era antes um desafio político – e mesmo físico – à sua existência.

[Contudo,] a União Americana das Liberdades Cívicas (American Civil Liberties Union – ACLU) defendeu a realização da marcha, opondo-se a todos os esforços para a impedir por parte das autoridades municipais, que invocaram as leis locais contra a desordem e o motim. Nos anos 60, no Sul [dos EUA], tinham sido invocadas leis semelhantes para impedir as marchas pelos direitos cívicos. Atualmente, a ACLU orgulha-se da sua corajosa defesa da liberdade de expressão. Ganhou o processo legal em Skokie, embora a marcha tenha acabado por não se realizar.

Compreendo o argumento jurídico – de que a lei deve ser a mesma para os afro-americanos que defendem a igualdade e para os nazis que defendem o genocídio. Mas penso que o adjetivo «liberal» exclui qualquer equivalência moral entre os dois grupos, ou entre o significado das suas marchas – e, se não são moralmente semelhantes [...], será que têm mesmo de ser tratadas da mesma forma? [Penso que] teria sido melhor se a ACLU tivesse defendido os manifestantes pelos direitos cívicos e se se tivesse recusado a defender os neonazis.

M. Walzer, *A Luta por Uma Política Decente – «Liberal» como Adjetivo*, Lisboa, Gradiva, 2023, pp. 36-37. (Texto adaptado)

Nota – As marchas pelos direitos cívicos ocorreram no âmbito da luta das comunidades afrodescendentes por direitos iguais e contra a discriminação e a violência raciais. Uma das figuras centrais desta luta foi Martin Luther King.

Critique, com base na teoria da justiça de Rawls, a ideia de que há equivalência moral entre as reivindicações dos dois grupos referidos no texto.

- * 15. Na sua opinião, há algum critério que permita demarcar satisfatoriamente ciência de pseudociência?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição, recorrendo a, pelo menos, um exemplo.

- * 16. Atente no que escreve o filósofo da arte George Dickie.

O mundo da arte não requer procedimentos rígidos; admite, encoraja mesmo, a frivolidade e o capricho, sem sacrificar a seriedade dos seus objetivos.

G. Dickie, «O que é a arte?», in C. d'Orey (org.), *O Que É a Arte?*, Lisboa, Dinalivro, 2007, p. 118. (Texto adaptado)

O autor refere um conceito fundamental da perspectiva institucional da arte.

Caracterize-o.

- * 17. Leia o texto seguinte.

Devemos ao matemático e teólogo francês Blaise Pascal [...] um argumento interessante e engenhoso, conhecido por «aposta de Pascal». [...] Este argumento não é a favor da *verdade* das crenças religiosas, mas a favor da *utilidade* de acreditar [...] num Deus monoteísta.

S. Blackburn, *Pense – Uma Introdução à Filosofia*, Lisboa, Gradiva, 2001, pp. 192-193. (Texto adaptado)

Permitirá a aposta de Pascal concluir que Deus existe? Justifique.

Na sua justificação, integre adequadamente informação do texto.

- * 18. Leia o texto seguinte.

Uma vez que a nossa vida mental está intimamente ligada aos processos fisiológicos do nosso corpo, mais especialmente aos do nosso cérebro, então, se estes processos forem rigorosamente determinados pelas leis naturais – físicas e químicas –, como explicar o sentimento inevitável de que nós tomamos decisões para agir desta ou daquela forma?

E. Schrödinger, *A Natureza e os Gregos, seguido de Ciência e Humanismo*, Lisboa, Edições 70, 2003, pp. 136-137. (Texto adaptado)

Será que a existência de livre-arbítrio é a melhor explicação para «o sentimento inevitável de que nós tomamos decisões para agir desta ou daquela forma»?

Na sua resposta, deve:

- clarificar o problema proposto;
- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	2.	3.	8.	10.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	1.	4.	5.	6.	7.	9.	Subtotal						
Cotação (em pontos)	4 × 11 pontos											44	
TOTAL													200

Prova 714

1.^a Fase

VERSÃO 1

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2024

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Critérios de Classificação

15 Páginas

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de escolha múltipla.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de escolha múltipla, a pontuação só é atribuída às respostas que apresentem de forma inequívoca a opção correta. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta restrita e nos itens de resposta extensa, os critérios de classificação podem apresentar-se organizados apenas por níveis de desempenho ou por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho.

A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

Nos itens cujos critérios de classificação se apresentam organizados por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho, a classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

Os itens que requerem competências de problematização e de argumentação ou apenas de argumentação podem incluir o parâmetro Comunicação. A resposta é classificada com zero pontos neste parâmetro se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

As respostas que não apresentem os termos ou as interpretações constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

Item	Versão 1	Versão 2	Pontuação
1.	(D)	(C)	11
2.	(B)	(A)	11
3.	(C)	(D)	11
4.	(A)	(B)	11
5.	(D)	(C)	11
6.	(C)	(D)	11
7.	(A)	(A)	11
8.	(B)	(A)	11
9.	(A)	(C)	11
10.	(C)	(D)	11

11. 14 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Apresentação do princípio da utilidade:

- de acordo com o princípio da utilidade (ou da maior felicidade), devemos maximizar a felicidade agregada (OU o saldo de felicidade) OU uma ação é boa se maximiza a felicidade agregada.

Caracterização da imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade:

- no cálculo da felicidade agregada, aumentos (OU incrementos) iguais de felicidade têm o mesmo valor (OU peso), sejam quais forem os seres (OU indivíduos) que deles beneficiem;
- o cálculo utilitarista (feito ao agir ou ao avaliar uma ação) obriga-nos a adotar o ponto de vista de um espectador benevolente e desinteressado.

Nota – Caso a apresentação do princípio da utilidade não seja feita no início da resposta, tal desvio em relação à instrução do item, por si só, não compromete a qualidade do desempenho.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
4	Apresenta corretamente o princípio da utilidade. Caracteriza, de modo completo e preciso, a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade.	14
3	Apresenta corretamente o princípio da utilidade. Caracteriza, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade. OU Apenas caracteriza, de modo completo e preciso, a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade.	11
2	Apresenta corretamente o princípio da utilidade. Caracteriza, de modo incompleto e com imprecisões, a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade. OU Apenas caracteriza, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade.	8
1	Apenas apresenta corretamente o princípio da utilidade. OU Apenas caracteriza, de modo incompleto e com imprecisões, a imparcialidade exigida pelo princípio da utilidade.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Argumentação a favor da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando concordar com a perspetiva de Kant acerca do valor moral das ações

- (sim, é possível fazermos o bem e, mesmo assim, as nossas ações não terem valor moral;)
- se uma pessoa for honesta por esperar colher benefícios da sua excelente reputação (e por recear que a mais pequena desonestidade pudesse afetar a sua reputação), ela faz o bem, pois age corretamente, de acordo com o seu dever OU se uma pessoa for generosa por sentir alegria na dádiva e oferecer dinheiro para causas importantes (OU com valor reconhecido), ela faz o bem, pois ajuda os necessitados, de acordo com o seu dever (OU pois faz aumentar a felicidade, quer a sua quer a dos outros);
- contudo, essa pessoa estaria a agir motivada por interesses (egoístas), ou por inclinações, ou por impulsos, ou seja, apesar de fazer o bem, não agiria pelo único motivo que confere valor moral às ações: o cumprimento do dever (OU a determinação da vontade pelo puro respeito à lei moral);
- a sua ação apenas teria valor moral se o comportamento honesto fosse motivado pelo respeito à lei moral que manda ser-se honesto OU a sua ação apenas teria valor moral se a oferta de dinheiro fosse motivada pelo respeito à lei moral que manda, estando isso ao nosso alcance, ajudar quem necessita de ajuda.

No caso de o examinando discordar da perspetiva de Kant acerca do valor moral das ações

- (não, não é possível fazermos o bem e, mesmo assim, as nossas ações não terem valor moral OU se fazemos o bem, então as nossas ações têm valor moral;)
- se uma pessoa for honesta por esperar colher benefícios da sua excelente reputação (e por recear que a mais pequena desonestidade pudesse afetar a sua reputação), ela faz o bem, pois (age de acordo com regras morais e) o que faz tem boas consequências OU se uma pessoa for generosa por sentir alegria na dádiva e oferecer dinheiro para causas importantes (OU com valor reconhecido), ela faz o bem, pois a sua ação tem boas consequências;
- o comportamento ímpoluto é bom se tem boas consequências, isto é, se contribui para aumentar o saldo de felicidade, e a sua bondade é independente do motivo que o determina OU a oferta de dinheiro para causas importantes (OU com valor reconhecido) é boa se tem boas consequências, isto é, se contribui para aumentar o saldo de felicidade, e a sua bondade é independente do motivo que a determina;
- o motivo na origem das ações apenas é relevante para julgar o valor moral dos agentes, mas não o das ações.

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.

A – Argumentação a favor de uma posição pessoal 8 pontos
 B – Adequação conceptual e teórica 4 pontos
 C – Comunicação 2 pontos

Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados. 	8
	2	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos, sem os articular adequadamente. 	5
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
B Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com clareza e correção, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica, com imprecisões, conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com imprecisões, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
C Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro C – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Descrição da distribuição que o princípio da diferença visa assegurar:

- o princípio da diferença regula as desigualdades económicas e sociais OU estabelece a condição em que as desigualdades económicas e sociais são aceitáveis;
- as desigualdades de rendimento e de riqueza devem ser ajustadas de modo a beneficiarem o mais possível os membros menos favorecidos da sociedade OU a distribuição do rendimento e da riqueza deve ser feita de modo a beneficiar o mais possível os membros menos favorecidos da sociedade.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Descreve, de modo completo e preciso, a distribuição que o princípio da diferença visa assegurar.	14
2	Descreve, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, a distribuição que o princípio da diferença visa assegurar.	9
1	Descreve, de modo incompleto e com imprecisões, a distribuição que o princípio da diferença visa assegurar.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Crítica, com base na teoria da justiça de Rawls, da ideia de que há equivalência moral entre as reivindicações dos dois grupos referidos no texto:

- as pessoas são livres e iguais (e isto decorre de todas terem certas capacidades – ou poderes – morais, a saber: a capacidade para o bem, ou seja, a capacidade para adotar, prosseguir e rever uma conceção pessoal do bem, e a capacidade para a justiça, ou seja, a capacidade para avaliar, honrar e aplicar princípios de justiça);
- a marcha neonazi referida no texto (que acabou por não se realizar) seria um gesto de afirmação de que algumas pessoas não são livres e iguais – no caso, os sobreviventes do Holocausto (OU os judeus) –, ao passo que as marchas pelos direitos civis foram gestos de afirmação de que todas as pessoas são livres e iguais;
- (contrariamente ao que a ACLU defendeu) é falso que exista qualquer equivalência moral entre as reivindicações de quem luta por direitos iguais (designadamente, direitos civis e oportunidades iguais), combatendo discriminações injustificadas (e injustas), e as reivindicações dos neonazis (e, em geral, de todos os que se opõem aos princípios da igual liberdade e da igualdade de oportunidades).

OU

- o princípio da igual liberdade, que é o primeiro e mais importante princípio de justiça, estabelece um sistema inviolável de direitos e liberdades fundamentais, e desse sistema fazem parte o direito à integridade física e o direito à integridade psicológica, que são, assim, direitos fundamentais protegidos pelo primeiro princípio;
- a reivindicação de direitos civis para os afro-americanos reconhece esses direitos fundamentais como aspetos indispensáveis da dignidade de qualquer pessoa, mas a reivindicação de que os sobreviventes do Holocausto não têm direito à existência não lhes reconhece a dignidade de serem pessoas;
- a reivindicação que reconhece os direitos fundamentais referidos é protegida pelo primeiro princípio de justiça, mas não a reivindicação dos grupos neonazis, pelo que não há equivalência moral entre as duas reivindicações.

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Crítica, de modo completo e preciso, com base na teoria da justiça de Rawls, a ideia de que há equivalência moral entre as reivindicações dos dois grupos referidos no texto.	14
2	Crítica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, com base na teoria da justiça de Rawls, a ideia de que há equivalência moral entre as reivindicações dos dois grupos referidos no texto.	9
1	Crítica, de modo incompleto e com imprecisões, com base na teoria da justiça de Rawls, a ideia de que há equivalência moral entre as reivindicações dos dois grupos referidos no texto.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Argumentação a favor da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando defender a existência de um critério satisfatório de demarcação entre ciência e pseudociência

- é razoável presumir que a realização de testes empíricos rigorosos seja uma característica indispensável da investigação científica;
- ora, testar rigorosamente uma teoria significa procurar casos que a possam falsificar (OU casos que ela exclua/proíba), como se faz, por exemplo, na Física e na Química, em vez de procurar casos que sejam concordantes com ela;
- a proposição (da astrologia) de que «os nativos de Caranguejo podem realizar no futuro um negócio lucrativo», por exemplo, não pode ser falsificada, por não excluir nenhum estado de coisas (tanto se admite que o negócio se realize como que não se realize);
- em geral, as teorias dos astrólogos são formuladas de tal modo que não admitem refutação, pois, não havendo casos proibidos, todas as observações serão compatíveis com o seu conteúdo;
- a falsificabilidade é um critério que permite demarcar satisfatoriamente ciência de pseudociência.

OU

- espera-se que a ciência produza teorias (OU enunciados teóricos) que possam ser apoiadas por dados empíricos relevantes (provenientes de observações e experiências), como acontece, por exemplo, na Biologia e na Geologia;
- ora, há proposições (OU teorias OU enunciados teóricos) que não são suscetíveis de obter apoio empírico, ou seja, que não podem ser confirmadas (OU que não são confirmáveis);
- a proposição de que um grande dilúvio já cobriu toda a Terra e de que foram necessárias intervenções sobrenaturais para que o dilúvio tivesse início e fim (que faz parte da teoria criacionista), por exemplo, não pode ser confirmada, por não haver observações que sejam relevantes para tornar provável a sua verdade;
- em geral, teorias como a criacionista são formuladas de tal modo que nenhuma experiência as poderia confirmar (OU de tal modo que delas não é possível deduzir proposições que possam ser apoiadas por dados empíricos relevantes);
- a confirmabilidade é um critério que permite demarcar satisfatoriamente ciência de pseudociência.

No caso de o examinando defender a inexistência de um critério satisfatório de demarcação entre ciência e pseudociência

- as disciplinas consideradas científicas são muito diferentes entre si nos seus métodos e finalidades;
- os métodos e finalidades da Antropologia ou da Economia, por exemplo, são muito diferentes dos métodos e finalidades da Física ou da Química;
- além disso, também há investigação científica em que são cometidos erros metodológicos básicos (OU conduzida de modo grosseiro OU que constitui má ciência);
- parece não haver diferenças relevantes entre certos casos de má ciência e práticas típicas de pseudociência (por exemplo, ignorar observações que contrariam as teorias que se pretende estabelecer), mas tais casos continuam a ser encarados como ciência (ainda que má);
- por conseguinte, não parece possível demarcar satisfatoriamente ciência de pseudociência.

Nota – Os aspetos constantes dos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.

A – Argumentação a favor de uma posição pessoal 8 pontos
 B – Adequação conceptual e teórica 4 pontos
 C – Comunicação 2 pontos

Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas e, pelo menos, um exemplo adequado e plausível a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • articula adequadamente os argumentos, as razões e o(s) exemplo(s) apresentado(s). 	8
	2	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas e, pelo menos, um exemplo adequado e plausível a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • elenca os argumentos, as razões e o(s) exemplo(s), sem os articular adequadamente. 	5
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentadas a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou o(s) exemplo(s) selecionado(s) é(são) inadequado(s).	2
B Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com clareza e correção, (uma) perspectiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica, com imprecisões, conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com imprecisões, (uma) perspectiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
C Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro C – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Caracterização do conceito de mundo da arte, de acordo com a perspetiva institucional da arte referida no texto:

- o mundo da arte é a instituição social no âmbito da qual (OU o contexto institucional no âmbito do qual) é conferido o estatuto de obra de arte a certos artefactos;
- (uma vez que «o mundo da arte não requer procedimentos rígidos») qualquer pessoa pode tornar-se membro desta instituição, desempenhando seja o papel de artista (pintores, escultores, poetas, compositores, coreógrafos, etc.), seja o papel de público de uma dada forma de arte (públicos da pintura, da dança, do teatro, da ópera, da música *jazz*, da música *rock*, etc.), seja o papel de apresentador que faz a mediação (OU mediador) entre o artista e o público de cada forma de arte (diretores e curadores de museus de arte, programadores de acontecimentos artísticos, como feiras ou festivais, jurados de concursos artísticos, comissários de exposições, galeristas, críticos especializados das diferentes formas de arte, historiadores da arte e também, frequentemente, encenadores, atores, intérpretes, etc.);
- os membros do mundo da arte têm consciência dos seus papéis e reconhecem o uso de certas convenções na apresentação das obras que são propostas para apreciação.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Caracteriza, de modo completo e preciso, o conceito de mundo da arte.	14
2	Caracteriza, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, o conceito de mundo da arte.	9
1	Caracteriza, de modo incompleto e com imprecisões, o conceito de mundo da arte.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Indicação de que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe:

- não (OU a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe).

Justificação:

- Pascal reconheceu a natureza inconclusiva das «provas» da existência de Deus apresentadas pelos seus predecessores, ou seja, reconheceu que não dispunha de um «argumento [...] a favor da verdade das crenças religiosas»;
- ciente de que não tinha justificação (OU razões epistémicas) para acreditar na existência de Deus (nem para não acreditar), procurou saber se tinha razões práticas, isto é, razões «a favor da utilidade de acreditar»;
- ponderou quatro possibilidades: acreditar na existência de Deus e Deus existir; acreditar na existência de Deus e Deus não existir; não acreditar na existência de Deus e Deus não existir; não acreditar na existência de Deus e Deus existir;
- concluiu que a aposta mais vantajosa era acreditar na existência de Deus, pois, caso Deus existisse, poderia conquistar a salvação e, caso não existisse, nada de significativo perderia; em contrapartida, se não acreditasse, deixar-se-ia condenar, caso Deus existisse, e nada de significativo ganharia, caso não existisse (por conseguinte, o argumento de Pascal consiste em tentar mostrar que, do ponto de vista prático OU prudencial, é preferível acreditar que Deus existe).

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
5	Indica que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe. Justifica de modo completo e preciso. Integra adequadamente informação do texto.	14
4	Indica que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe. Justifica de modo completo e preciso. Integra, com falhas, informação do texto: transcreve expressões do texto sem indicação de citação, ou usa o texto com imprecisões para ilustrar o que afirma.	11
3	Indica que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe. Justifica de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto. Integra adequadamente informação do texto.	8
2	Indica que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe. Justifica de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto. Integra, com falhas, informação do texto: transcreve expressões do texto sem indicação de citação, ou usa o texto com imprecisões para ilustrar o que afirma.	5
1	Indica que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe. Justifica de modo incompleto e com imprecisões. Pode integrar com falhas informação do texto, ou não integrar informação do texto. OU Não indica que a aposta de Pascal não permite concluir que Deus existe OU indica, incorretamente, que a aposta de Pascal permite concluir que Deus existe. Explica corretamente aspetos centrais da aposta de Pascal (por exemplo, explica as quatro possibilidades consideradas por Pascal e as implicações de cada uma delas). Pode integrar com falhas informação do texto, ou não integrar informação do texto.	2

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Clarificação do problema:

- o problema do livre-arbítrio é o de compatibilizar/conciliar duas crenças (plausíveis): por um lado, acreditamos que muitas das coisas que fazemos resultam de escolhas livres (escolhemos de uma maneira, mas podíamos ter escolhido de outra); por outro lado, acreditamos que, na natureza, da qual fazemos parte, tudo é determinado (de acordo com as leis da natureza);
- a dificuldade em compatibilizar/conciliar as duas crenças está em parecer que a aceitação do determinismo em todos os fenómenos, incluindo os mentais, não deixa lugar para a noção de escolha genuína, inerente à noção de livre-arbítrio, e que, por sua vez, a existência de livre-arbítrio põe em causa o funcionamento determinístico da natureza.

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Argumentação a favor da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando defender que a existência de livre-arbítrio não é a melhor explicação para «o sentimento inevitável de que nós tomamos decisões para agir desta ou daquela forma»

- muitas vezes estamos conscientes do que queremos e, quando fazemos o que queremos, encontramos umnexo causal entre o que queremos e o que fazemos;
- contudo, não estamos conscientes dos processos fisiológicos que, de modo determinístico, levaram a um estado mental de preferência (ou querer) e a um comportamento concordante com esse estado mental;
- a ausência de consciência destes processos fisiológicos leva-nos a pensar que as nossas preferências escapam à determinação pelas leis da natureza (OU escapam à causalidade natural) e que resultam autenticamente da nossa vontade livre (OU resultam da causalidade do agente);
- à medida que cresce o conhecimento acerca dos processos fisiológicos na origem dos estados mentais, decresce o número de comportamentos atribuídos a uma vontade genuinamente livre (por exemplo, atualmente, comportamentos associados às dependências são interpretados como doenças e tratados com medicação, e não com apelos ao autocontrolo).

No caso de o examinando defender que a existência de livre-arbítrio é a melhor explicação para «o sentimento inevitável de que nós tomamos decisões para agir desta ou daquela forma»

- a natureza funciona de modo determinístico, mas também é um facto natural que os sistemas nervosos mais evoluídos não estão equipados apenas com a capacidade de, perante certos estímulos externos, reagir de uma certa maneira (por exemplo, perante um estímulo de calor excessivo, movimentar-se na direção oposta à fonte de calor);
- os sistemas nervosos mais evoluídos e complexos – por exemplo, o humano – conseguem interpretar estímulos e circunstâncias externas, podendo em certos casos atribuir-lhes significados variáveis de indivíduo para indivíduo, e, além disso, conseguem (de modo astuto, inteligente e até criativo) produzir respostas surpreendentes, inovadoras ou únicas;
- o livre-arbítrio é uma propriedade dos sistemas nervosos evoluídos e intervém tanto em comportamentos com conteúdo moral como em comportamentos criativos, tais como a criação artística, a elaboração de sistemas jurídicos ou a gestão do quotidiano;
- afirmar que alguns comportamentos resultam em parte do livre-arbítrio não é o mesmo que afirmar que todos resultam, ou que todos resultam da mesma maneira (por exemplo, os sistemas nervosos mais evoluídos e complexos incorporam esquemas instintivos de reação às ameaças à sobrevivência, e tais esquemas também podem explicar alguns dos nossos comportamentos).

OU

- a natureza funciona causalmente, ou seja, certos estados de coisas, em conjunto com certas leis gerais, determinam o que ocorrerá;
- o funcionamento (deterministicamente) causal da natureza cobre os processos fisiológicos que levam a estados mentais de preferência (ou querer) e a comportamentos concordantes com esses estados mentais, ou seja, as nossas escolhas são (deterministicamente) causadas;
- ainda que sejam (deterministicamente) causadas – e, nessa medida, explicáveis por referência a certos estados de coisas anteriores e a certas leis gerais (determinísticas) –, desde que não sejamos coagidos ou forçados, as nossas escolhas são livres;
- a ação livre requer, não a ausência de causa (determinística) (ou seja, não a ausência de explicação por referência a certos estados de coisas anteriores e a certas leis gerais determinísticas), mas a ausência de coação (ou seja, a ação livre requer que a ação também decorra da vontade do agente).

OU

- a natureza (OU o mundo natural) funciona causalmente, ou seja, certos estados de coisas, em conjunto com certas leis gerais, determinam o que ocorrerá;
- contudo, pelo menos no caso dos seres humanos, a mente e a vontade são de ordem imaterial, distinta da ordem material do corpo (este, sim, na sua morfologia e na sua fisiologia, inteiramente sujeito ao funcionamento determinístico da natureza), e esta distinção é interiormente vivida (OU sentida OU percebida) por todos, não sendo razoável descartá-la como mera ilusão (OU como mera ilusão em contradição com o que atualmente sabemos acerca do funcionamento do cérebro);
- (dada a sua imaterialidade) a mente e a vontade não estão sujeitas ao funcionamento determinístico da natureza, e é isso que explica e torna possível a autonomia (moral) das pessoas;
- em muitos casos, impulsos ou instintos (com origem no corpo) podem inclinar as pessoas a agir de um certo modo, mas está ao seu alcance agir de um modo contrário a tais inclinações, autodeterminando-se OU determinando-se por uma mente e uma vontade livres (OU em muitos casos, a mente e a vontade livres das pessoas podem dar origem a novas cadeias causais, dependentes da causalidade do agente).

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.

A – Problematização	2 pontos
B – Argumentação a favor de uma posição pessoal	6 pontos
C – Adequação conceptual e teórica	4 pontos
D – Comunicação	2 pontos

Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Problematização	2	Clarifica adequadamente o problema filosófico proposto.	2
	1	Clarifica com imprecisões o problema filosófico proposto.	1
B Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados. 	6
	2	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos, sem os articular adequadamente. 	4
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
C Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com clareza e correção, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica, com imprecisões, conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com imprecisões, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
D Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro D – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	2.	3.	8.	10.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	1.	4.	5.	6.	7.	9.	Subtotal						
Cotação (em pontos)	4 × 11 pontos						44						
TOTAL													200